

PODER POLÍTICO E RELIGIÃO NA BAIXA IDADE MÉDIA CRISTÃ

Fernando da Conceição Barradas *

Resumo

A relação entre poder político e religião é um fenômeno inarredável da condição histórica do homem. Vincular-se a um corpo coletivo e adotar determinadas convicções religiosas e/ou transcendentes pertence à condição humana. Em cada época, a seu modo, e segundo as circunstâncias peculiares de ordem sócio-cultural, essa relação apresenta características próprias.

Abstract

The relation between political power and religion is an ungivable again phenomenon of the man's historical condition. Linking to a collective body and to adopt determined religious and/or transcendental convictions belongs to the human condition. In each epoch, that relation presents proper characteristics, according to the peculiar circumstances of social-cultural order of the respective people and states.

Introdução

O zênite da Igreja Católica bem pode ser comparado aos impérios "universais" em sua trajetória de formação, píncaro e decadência. O seu período

de formação se completa com a Concordata de Worms (1122) e alcança o mais alto grau de preponderância político-religiosa no século XIII, à época de Inocêncio III e os tribunais da Inquisição. O humanismo renascentista, o racionalismo do teocentrismo, os maus papas, a indignidade clerical e a impossibilidade de conviver com o poder político, levaram-na à decadência, não sem antes sofrer um caudal de conflitos com o imperador e o poder laico em geral.

1. Evolução das Leis Canônicas e centralização do poder

A partir da Concordata de Worms (1122), o papa começa a adquirir autonomia nas questões pertinentes à Igreja. A organização das leis canônicas, especialmente após a grande crise entre Henrique IV e Gregório VII (Hildebrando), os constantes concílios provinciais e nacionais passam a atrair, cada vez mais, e de maneira espontânea, os bispos para Roma, que vinham resolver seus problemas regionais. Por volta de 1240, surgiu o Decreto de Graciano, professor de leis canônicas da Universidade de Bolonha, sistematizador das leis da Igreja. A sistematização ajudou muito na consolidação da hierarquia e da autoridade eclesiástica. Surgiu, na mesma ocasião, o

* Docente da UNIPAR

Liber Sententiarum, produzido na Universidade de Paris. Durante quatro séculos, essas duas obras foram a base do ensino de Teologia na Europa.

A presença árabe na Espanha, a partir do século XII, aumentou o interesse pelo estudo da Filosofia, pois os islamitas sempre estudaram a Lógica e a Física de Aristóteles. Embora a Igreja Católica os condenasse, esses estudos já traduzidos para o Latim foram difundidos na Europa. Avicena (980 - 1037) e Averróis (1126 - 1198), os maiores comentaristas árabes de Aristóteles, eram bastante conhecidos dos mouros.

Santo Anselmo (1033 - 1109), arcebispo da Cantuária e o filósofo Pedro Abelardo (1079 - 1142), usavam a lógica nos estudos das doutrinas tradicionais. Era a teologia científica em formação.

2. O renascimento do catolicismo no século XII

O século XII foi uma espécie de renascimento geral do catolicismo. Aumenta a prática religiosa.

A nova era que se abriu para a Igreja foi marcada pela construção de centenas de novas igrejas, criação de paróquias, abadias, mosteiros e uma pregação intensa sobre os leigos.

Santo Anselmo celebrou pela primeira vez a Ave Maria e a Salve Rainha. O crucifixo se generalizou. Isto tudo e mais as diversas ordens monacais surgidas ou que se desenvolveram bastante nesse tempo, como as de Citeaux, Premontre, Grandmont, Chartreux. Algumas delas praticavam uma vida de pobreza absoluta e ascetismo. Dedicavam-se ao trabalho no campo e cultivavam florestas e pântanos. Essas ordens contribuíram para ocupar um espaço público que hoje é de obrigação do Estado. Fundaram hospitais, orfanatos, asilos, leprosários. Com isso, a vida social do séculos XIII mudou. Instituições como o casamento indissolúvel, a Trégua de Deus para aplacar o banditismo medieval, fortaleceram a moral social. As ordens de Premontre e Citeaux estenderam o trabalho evangélico para

regiões nórdicas, polonesas e germânicas. Reinava a paz entre o papado e o imperador. Durante os séculos XII e XIII, os muçulmanos tiveram que enfrentar as guerras de reconquista cristã, na Península Ibérica, e perderam Lisboa em 1147. Dentro desse ambiente de renascer religioso muito forte na Europa do século XII é que os reinos cristãos de Leão e Castela, Navarra e Aragão se expandiram na luta contra os árabes. As cruzadas, realizadas de fins do século XI a fins do século XIII, mostram bem o espírito arraigado do cristianismo na Europa. Essas incursões foram criar no Oriente as ordens religiosas dos monges cavaleiros que, além dos votos de pobreza, obediência e castidade, se propunham também a defender com a espada a Terra Santa. Os templários, hospitalários e teutões surgiram desse ambiente.

2.1 Escaramuças com o papado

Apesar da aparente calma dos séculos XII e XIII, as discussões nunca cessaram, bem como os confrontos entre o poder laico e o religioso.

Frederico I (1152-1190), Barbarroxa, imperador dos germânicos, sempre se declarou sucessor de Carlos Magno, Justiniano e Constantino e defendeu o conceito de estado absoluto, até sobre Roma. Em 1159, a Itália foi invadida; o papa morreu e o imperador acabou elegendo Alexandre III. Surpreendentemente foi um grande papa que governou a Igreja durante vinte e dois anos (1159-1181), não abrindo mão de aperfeiçoar as leis canônicas e centralizar o poder. Teve problemas com Barbarroxa que desejou sempre que seus decretos fossem cumpridos. Barbarroxa pressionava os bispos para que abjurassem Alexandre III. A Alemanha obrigava a Igreja a viver um catolicismo antipapal. Evidente que o papa tinha seus apoiadores políticos, especialmente as cidades do Norte da Itália, que sempre resistiram a Frederico I, o Barbarroxa. O imperador atacou, sem êxito, várias vezes, o Norte da Itália, na tentativa de conquistar Roma.

Após a morte de Alexandre III, a Igreja teve

vários papas que se curvaram ao imperador, ainda mais que o Sacro-Império se expandiu militarmente com os sucessores de Barbarroxa, que conquistou o Norte e o Sul da Itália.

A sucessão de papas fracos foi interrompida com a eleição pelos bispos, de Inocêncio III, em 1198, com apenas trinta e sete anos de idade. A escolha de Inocêncio III foi possível porque coincidiu com a morte do imperador germânico Henrique IV, que deixou uma criança de três anos para seu sucessor na Sicília. Ademais, os séculos XII e XIII marcam o enfraquecimento dos saxões do Sacro Império Germânico. O interregno de dezessete anos, que separou Alexandre III de Inocêncio, foram bastante críticos para a Igreja. Inocêncio III (1198 - 1216) reafirma o poder.

2.2 A Inquisição

O novo papa reprimiu com extrema dureza os movimentos maniqueístas das seitas que eclodiram em Provença (França) e dos Valdenses de Lion, de cunho anti-clerical, matando vinte mil “heréticos”. Implementou os tribunais da Inquisição, criados em 1183 pelo Concílio de Verona, para punir os hereges. Na aplicação de medidas duras contra os infiéis, a Igreja se excedeu. Ainda no tempo de Inocêncio III, em 1215, o Concílio de Latrão estendia as punições para além da excomunhão. Os hereges passaram a ser banidos e ter os bens confiscados. Foi introduzida a pena de morte para o herege condenado e o emprego da tortura como método de inquisição.

Em princípios do século XIII surgem as ordens dos franciscanos e dominicanos. Executaram um trabalho inédito de itinerância. Iam para onde a ordem os mandasse. Estudiosos, acabam firmando a supremacia cultural do clero no mundo medieval.

Outras ordens como dos Frades Menores, dos Pregadores, das Carmelitas, dos Servitas, dos Ermitões de Santo Agostinho e outras que sofreram na luta contra os mouros, como dos Frades da Trindade e de Nossa Senhora do Resgate, muito

contribuíram para tornar a Igreja autônoma em relação ao poder dos leigos e do imperador.

Inocêncio III representa o auge da soberania papal. Sede própria (Roma), milícia espiritual (clero regular), funcionários (clero secular), bens materiais, fiscalismo arrecadador (dízimos e outras contribuições), magistraturas (bispos), legislação de cunho religioso capaz de enquadrar o comportamento laico, faziam da Igreja um Estado organizado, num mundo (feudal), em que este (o Estado) não existia. Então, a situação se invertia em relação à época de Carlos Magno ou de Otão I: o papa propunha-se a governar o Estado. Inocêncio III, por motivos que feriam os princípios cristãos, excomungou o rei de Leão. O rei da Inglaterra submetia-se a ele; o da Silícia era seu vassalo e protetor; os príncipes germânicos lutavam entre si e recorriam ao papa como árbitro supremo. O rei da França sofreu ameaça de excomunhão de parte de Inocêncio III e os príncipes feudais ameaçaram retirar o apoio ao imperador.

Inocêncio III, um ano antes de morrer, convocou o Concílio de Latrão, que visava disciplinar mais ainda o poder espiritual e temporal do Papa. Os papas da era de Hildebrando (Gregório VII), foram mais guias espirituais, apóstolos da reforma, porém os da era de Inocêncio foram canonistas, e todos muito preocupados com o mundo, administradores diligentes e organizadores da Igreja no plano secular.

3. O período pós Inocêncio III

Os papas que sucederam a Inocêncio III, no caso Honório III e Gregório IX, tiveram que travar duras lutas contra os reis da Sicília, da família germânica dos Hohestaufen. Frederico, imperador da Sicília, avançou sobre Roma no momento em que Gregório IX morria. Durante dois anos, 1241 e 1242, Roma, diante do impasse, ficou sem papa. Nem por isso, o papado estava batido. Luís IX (São Luís), interveio contra o rei da Sicília e a Igreja elegeu um novo papa, Inocêncio IV (1243 - 1254), grande canonista.

Esses acontecimentos acabaram por acirrar as

rivalidades do imperador siciliano com o papado. Guerras duras entre o exército do papa Clemente IV e o do imperador, acabaram culminando com a vitória dos sicilianos (1254). Abalou-se por inteiro o prestígio do papado. Luís IX (São Luís) foi quem acabou decidindo a contenda, quando, em 1265, desalojou o rei da Sicília, Manfredo, e colocou seu irmão como rei. O papa abençoou o rei coroado, Carlos de Anjou, mas as relações com o povo nem sempre foram pacíficas. Carlos não aceitava ser vassalo do papa, especialmente quando seus súditos adversários, perseguidos cruelmente pelo rei, o denunciavam ao papa.

4. Religião e razão - Aristóteles

Uma das maiores tragédias da Igreja Medieval foi a dificuldade em conciliar religião e razão. O surgimento das universidades europeias no século XIII, naturalmente centro de discussões teológicas, os estudos de Santo Alberto Magno (1193 - 1280) e Santo Tomás de Aquino (1225 - 1274), tentando separar o cientista Aristóteles da teologia, como forma de não se comprometerem, introduziu na Europa, no seio da Igreja, as discussões sobre as idéias do grande filósofo. Diversas vezes São Tomás foi condenado pelos teólogos de Paris, pertencentes à sua ordem. Muitos outros católicos, especialmente os seguidores de Ockam, acabaram contendo o influxo propagador das idéias tomistas. Só com o humanismo renascentista é que o espírito científico da Antigüidade Clássica vai se disseminar com ímpeto.

5. Enriquecimento e dispêndios

A Igreja tornou-se proprietária de grande parte das terras da Europa. O enriquecimento da Igreja foi a raiz de muitos males que culminaram com a Reforma de Martinho Lutero (1520). A interferência dos leigos na escolha de bispos e abades provocou acirradas disputas e rivalidades permanentes com o papado.

Desde 1268 o papa Clemente IV estabeleceu o critério de nomeações a partir de Roma, na tentativa de centralizar o poder. A Cúria passou a ser assediada por aqueles que queriam nomear membros de seu círculo de interesse, às vezes até com más intenções. O Cisma do Ocidente, dissensão da Igreja Católica de 1378 a 1429, com duplo pontífice, tornou complicado o sistema de nomeações. O crescimento da Igreja, a nível secular, aumentou as despesas da Cúria. O problema das rendas eclesiásticas, salários, pensões e outras despesas passaram a exigir cada vez, mais tributações, para manter a dispendiosa estrutura da Igreja. Ao excesso de cobranças fiscais juntaram-se os abusos dos coletores. Outra despesa enorme que o papa sempre enfrentou, foi a das despesas políticas na Itália, sem unidade nacional, formada por principados rivais. A maior parte das vezes o papado tinha de financiar as guerras da Itália para assegurar a autonomia do Estado Pontifical. Parentes de papas, como durante o papado de Clemente V, surripiaram os cofres do papado. Após a morte de Clemente V, seus parentes desviaram para si o tesouro contido nos cofres pontificiais. Ao longo dos duzentos anos que antecederam a Reforma, o papa passou a interferir em todas as contendas sucessórias de principados e reis. Na França, Germânia, Bretanha e em todas as regiões da Itália, o papa se afundou no meio de um fogo cruzado por causa de seu papel político. Além disso, passou a ser odiado por impor pesados tributos ao mundo feudal, já avançado na formação dos estados nacionais. Da segunda metade do século XIII até o advento de Lutero, a Igreja declinou devido ao surgimento dos estados nacionais e ao absolutismo monárquico. A crise do papado, decorrente do Cisma do Ocidente (1378 - 1418), fez com que o Papa deixasse de reivindicar a supremacia sobre todos os príncipes laicos.

No início do século XIV, discutiam-se também as imensas riquezas da Igreja. Michele de Cosena, vigário geral dos franciscanos (ordem que praticava votos de pobreza), sustentava que o Evangelho era contrário à propriedade privada, daí a ilegitimidade

do poder do papa.

A formação da França a partir dos capetos de Paris, celebrizou contendas incontáveis de Felipe II, Felipe IV, o Belo, com o papado. Felipe IV teve grandes brigas com Bonifácio VIII, que o excomungou. Além de proibir os tributos eclesiásticos em territórios capetíngios, tributou a Igreja. O papa sempre reafirmou que a salvação de qualquer criatura humana dependia de sua obediência ao pontífice. A Itália foi invadida pelas tropas do imperador em 1302 e o papa, por muito pouco, não foi executado. Esse incidente ocorrido contra o papa mostrou a fragilidade diante do poder imperial. Bulas e mais bulas foram lançadas contra os imperadores, a maioria de caráter insultuoso. A formação dos estados nacionais estava em curso e o estado laico surgia para assumir funções antes desempenhadas pelo poder religioso. Na luta entre os rivais, especialmente na Itália, em geral o papa se alinhava acintosamente ao lado de um pretendente ao trono.

6. Século XIV: Fecha-se o cerco contra a Igreja

Malgrado as bulas papais editadas, sustentando que a Igreja não deveria suportar qualquer encargo fiscal e também afirmando a superioridade eclesiástica sobre a laica, os tempos estavam mudando. Nos tempos de Inocêncio III, tudo bem. Acatavam-se esses princípios; mas agora, Bonifácio VIII, ao sustentar tais princípios, teve Roma invadida e quase foi executado pelo capeto Felipe, o Belo, da França. O papado parecia perder também no plano intelectual. A maioria dos grandes intelectuais do século XIV, como Dante Albighieri, Marsílio de Pádua e Ockam colocavam em choque a autoridade papal.

Dante defendia, em sua época, na obra *De Monarchia* (1308), um único soberano ao qual todos deveriam obedecer. Falava de um império universal, querido por Deus. O imperador estava acima de todos, poderia assegurar ao mundo a paz e a justiça. Foi precursor do absolutismo. Segundo Dante, Deus

dispôs de maneira que os romanos conquistassem o mundo. Para que um só governe o mundo, o soberano único deve ser o imperador romano, ao qual todos prestariam obediência.

Para tanto, invocou um acordo ocorrido no século XII, quando da formação do Sacro-Império, acordo tácito entre o Imperador e o Papa, uma dominação universal. Um sobre os corpos, o outro sobre as almas.

Marsílio de Pádua, que chegou a ser reitor da Universidade de Paris, contemporâneo de Ockam, adotou uma postura anti-clerical. Aplaudia a abolição da isenção dos impostos eclesiásticos e foi excomungado pelo papa. Era partidário da separação entre a Igreja e o Estado. Combatia os tribunais do Santo Ofício, que executavam os heréticos entregando-os ao braço secular da autoridade laica. Era contra o Papa na questão da anulação do casamento. Como a Igreja tinha os bispos, magistrados que aplicavam a justiça durante a Baixa-Idade-Média, assumiu a posição de que o povo deveria escolher os magistrados para fazer executar as leis.

O livro de Marsílio fez furor na época e estimulou a invasão da Itália pelo rei Luís que, em 1328, depôs o papa João XXII. Mais que isso, o imperador nomeou Nicolau V (papa de 1447 a 1455). Em regiões da Alemanha acontecia sempre de um grupo apoiar o papa e o outro, o imperador. Ainda no século XIV, os grandes eleitores germânicos (monarquia eletiva), aprovaram uma declaração, em que a soberania do imperador vinha diretamente de Deus, desde que este fosse eleito por eles. Não havia necessidade de confirmação do papa.

7. A burguesia apóia o rei

A revolução comercial que dinamizou a estática economia do medievalismo, lançou nas contendas sociais os interesses de uma nova classe que, a duras penas, vinha se formando desde meados do século dez, a burguesia, que se arriscou através dos difíceis

caminhos medievais, hostis aos mercadores. A burguesia assumiu o controle das cidades e apoiou os reis para que fizessem leis amplas, nacionais, regras comerciais padronizadoras da economia. A evolução das instituições políticas, com o surgimento das cortes, estados gerais ou conselhos do reino, conforme eram designados os primeiros parlamentos em várias partes da Europa, compostos por elementos da nobreza e da burguesia, foram desvencilhando os estados, ainda vassalos do papa, da sujeição de São Pedro. Nenhum rei queria mais pagar tributo ao papa.

O Cisma do Ocidente, consequência do antagonismo entre Roma e a França, colocou em órbita de um papado duplamente falido, os estados europeus então em formação.

As desavenças envolvendo Itália, França, Inglaterra, Alemanha e Espanha, representadas nas discussões por seus prelados, ocorriam sob tutela dos poderosos imperadores. Essas discussões fragilizavam ainda mais o poder do sucessor de São Pedro. Nessas contendas, algumas correntes chegaram a advogar não apenas dois papas, como nos tempos do Cisma do Ocidente, mas um papa para cada país da Europa. Quando se restaurou a hegemonia de Roma e Martinho V foi escolhido como único papa, a cidade estava em ruínas, com uma população de apenas dez mil habitantes.

8. Século XV: A Igreja perde o controle interno para o poder político

O Concílio da Basiléia (1430), convocado por imposição dos imperadores, culminou com a deposição do papa e a criação de um novo sistema destinado a superintender o pontífice e a Cúria Romana. Os reis da França e os príncipes germânicos passaram a agir como papas, no tocante aos concílios locais e à nomeação de bispos e administração das Igrejas. Os papas apenas protestavam.

No campo ideológico, diminuíram as discussões intelectuais sobre a hegemonia dos poderes religioso ou laico. Menosprezava-se o papel da razão revivido

por São Tomás, prevalecia o espírito agnóstico e cético de Ockam.

Os precursores da Reforma como Wycleff, também ficaram restritos à meditação das Escrituras. Wycleff era contra a autoridade papal e defendia a volta ao cristianismo primitivo. Não representou nenhuma evolução do pensamento. Hus, na Checoslovaquia, também não foi além disso.

O Renascimento, como movimento humanista e filosófico, ateu e crítico, acabou sendo fatal para a vida romana, uma vez que se alimentou da irracionalidade do teocentrismo. O Renascimento aconteceu num momento em que a Igreja lutava para reviver, depois de cento e cinquenta anos críticos de decadência. Embora a Igreja participasse do Renascimento praticando o mecenato, o movimento de caráter humanista impregnou muitos membros da Igreja que anteviam a Reforma.

9. Os maus papas e a culminante decadência

Num momento em que a situação chegou a um ponto crítico para a Igreja, o papado se enfraqueceu com Sixto IV (1471-1484), que se submeteu-se aos príncipes seculares da época, diminuiu a importância do Sacro-Colégio e cedeu altas posições da Igreja a amigos e parentes inidôneos. O Sacro-Colégio começou a submeter o papa; - em 1517 nomeia trinta e oito cardeais, num momento crítico em que o poderoso papa Leão X começava a enfrentar a rebelião luterana. O Sacro-Colégio queria sempre diminuir o poder papal, especialmente nos momentos de eleger um novo sucessor. A arma do papa era nomear seus próprios parentes para controlar o Sacro-Colégio. Calixto III nomeou para o órgão, três sobrinhos. O Sacro-Colégio se encheu de homens maus. Sixto IV tinha entre os trinta e quatro cardeais do Sacro-Colégio, seis pessoas de sua família, fora os amigos. Nomeou parentes para cargos civis, bispos de abadias, o prefeito de Roma, comandantes militares eram seus parentes. Controlava também diversos

feudos da Igreja.

A situação dos sucessores de Sixto IV se complicou não apenas pela eleição simoníaca da maioria, pelo nepotismo e corrupção, mas também pelas complicações políticas advindas da formação dos estados nacionais e dos entrelaçamentos entre as novas nações.

Inocência VIII (1484-1492), que tinha vários filhos, casou um deles com a filha de Lourenço de Médici para beneficiar a política papal em relação a Florença.

Alexandre VI (1492-1503), que viveu o momento de ascensão da Espanha na política européia, participou das acirradas disputas franco-espanholas pelo domínio das regiões italianas, então fracas e sem unidade política. Milão ao Norte e Nápoles ao Sul, eram cobiçadas e colocavam o papado na Itália Central em situação desconfortável. Júlio II (1503-1513), também casou parentes com famílias influentes na política européia e colocou quatro sobrinhos no Colégio de Cardeais. Em seu pontificado, consumou-se a ocupação de Milão e Veneza pela França, e Nápoles pela Espanha. O perigo político dos grandes estados nacionais rondava o papa. As terras da Santa Sé eram cobiçadas, pois todos os estados emergentes tinham pretensões expansionistas. A França, quase cem anos depois, ainda amargava seqüelas do cisma de Avinhão e respirava um clima anti-romano. Leão X (1513-1521), cardeal João de Médici, conseguiu a reconciliação com os franceses. Florença tornou a casa mais poderosa da Itália, pois congregava também o papado. Os Médici dominaram a Santa Sé até 1534, pois o sucessor foi Clemente VII (Júlio de Médici).

Conclusão

A Igreja, à época da Reforma, já não tinha nenhuma ascendência sobre o poder político. Era, isso sim, usada como instrumento, então secundário, de um poder - o político, que pretendia se firmar como

absolutista, de base divina, perante a crente população européia. Os membros das cortes imperiais não acreditavam na união Deus-imperador, embora o enlace fosse necessário para se obter o apoio popular.

Bibliografia

01. MOSCA, G. **História das Doutrinas Políticas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
02. BATISTA NETO, João. **História da Baixa Idade Média**. São Paulo: Ática, 1989.
03. BLOCH, M. **A sociedade Feudal**. Lisboa: Edições 70, 1979.
04. LE GOFF, J. **A civilização do Ocidente Medieval**. Lisboa: Estampa, 1983. 2 V.
05. _____. **O Maravilhoso e o Cotidiano no Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1985.
06. _____. **O Homem Medieval**. Porto: Provença, 1989.
07. _____. **Os Intelectuais na Idade Média**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
08. MELLO, José Roberto. **O Cotidiano no Imaginário Medieval**. São Paulo: Contexto, 1992.
09. FRANCO JR., H. **A Idade Média**. O Nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 1986.
10. HUGHES, Philip. **História da Igreja Católica**. 2. ed. São Paulo: Dominus, 1962.